

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A RELAÇÃO HISTÓRIA/LITERATURA NO CASO DAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA CRISTINA PACHECO
(Univ. do Porto)

O binómio Literatura/História é de tal modo operativo, importante e, diria mesmo, imperativo na abordagem das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa que, quando me foi solicitado um título para a comunicação que haveria de apresentar neste Colóquio, optei propositadamente por um que, sendo amplo e abrangente, me permitisse relegar para mais tarde a escolha de alguns aspectos específicos a tratar. Depois de ter ponderado os múltiplos caminhos que o tema me convidava a percorrer, concluí, afinal, que talvez não devesse mudar o título: por um lado, porque as considerações que aqui vos trago são, de facto e apenas, “breves apontamentos”, pequenas achegas a uma questão demasiado vasta, complexa e muito actual na escrita de diversos autores africanos e de estudiosos destas literaturas; a segunda razão que me levou a manter o título é que me decidi por referir as literaturas moçambicana e angolana, sendo esta última a que merecerá uma atenção mais privilegiada.

Feito este necessário preâmbulo, parece-me que a melhor forma de iniciar a reflexão acerca do tema proposto será a de encontrar resposta para uma série de perguntas básicas: quando, porquê e em que circunstâncias nascem as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa? Deixando de lado factos que particularizam cada uma delas, poder-se-á afirmar que todas estas literaturas surgem durante a vigência de um contexto de colonização a que os seus territórios se encontravam submetidos e que o intuito dos seus promotores foi o de dar a conhecer a sua “realidade” de africanos e de colonizados, contrapondo-a a uma visão de África, que consideravam “distorcida e falseada”, veiculada pela escrita do “outro”, isto é, do colonizador. Por outras palavras, o aparecimento das literaturas africanas é uma das manifestações concretas da tomada de consciência dos “filhos da terra”, que, naturalmente herdeiros de tradições locais, traduzirão a sua necessidade de se diferenciarem daqueles que, embora muitas vezes radicados em África, se enquadravam – histórica, social e culturalmente – num contexto de referências europeias, nomeadamente portuguesas, e, portanto, observando, percepcionando e sentindo o mundo africano de uma perspectiva *exógena*. Assim, o advento das literaturas africanas traz consigo uma mudança de “voz”, que o mesmo é

dizer de “sujeito de enunciação”, e, com ela, a profunda transformação do que irá ser enunciado; através das falas literárias africanas, todo um universo, até então desconhecido e/ou abafado pela literatura colonial, aparecerá vigorosamente cantado e enaltecido, num apelo constante à união de todos os africanos na defesa e glorificação das suas raízes identitárias.

Num primeiro momento (refiro-me aos anos '40 e '50 do século XX), foi à poesia que recorreram os escritores, certamente pelo seu carácter mais simbólico e metafórico, o que não impediu a intervenção sistemática da Censura e as diversas perseguições políticas de que alguns autores africanos foram alvo; e, como seria de esperar, a língua utilizada foi a Língua Portuguesa, a que só alguns, poucos, “letrados” africanos, sobretudo os das zonas urbanas, haviam tido acesso. Deste modo, para se dizerem “diferentes” do “outro”, o código linguístico com que os “filhos do país” irão exprimir-se será aquele que, tendo sido trazido pelo colonizador, se tornará, a partir de agora, a principal arma dos “naturais” contra o sistema colonial imposto. Eis como, através da literatura, se dá início a uma luta de resistência, de reivindicação de direitos e de defesa de traços culturais próprios, onde facilmente descortinamos os anseios de independência.

Para exemplificar o que venho dizendo, nada melhor, parece-me, do que ouvirmos algumas palavras do escritor angolano Manuel Rui, quando, numa palestra proferida em 1989¹, se referia ao nascimento da literatura angolana e àquele que foi o seu primeiro grupo organizado, a “Geração da «Mensagem», cujo lema era “Vamos descobrir Angola”:

«O sentido da literatura angolana é o do nacionalismo literário antecipado ao nacionalismo político até ao conseguimento de um vértice que antecede a luta armada de libertação nacional, de forma a ser difícil perceber-se onde começa um movimento literário ou outro que é político, ou se se trata apenas de um só.

E, sendo assim, há que ‘descobrir Angola’, nesse paradoxo de a descoberta se exigir por dentro, de os descobridores serem sujeito e objecto, porque a identidade é sempre o que somos agora, ‘nós mesmo’ para a transformação.».

Com este recuo ao dealbar literário angolano – que apresenta aspectos comuns com o que sucedeu em Moçambique, sobretudo se nos lembrarmos dos primeiros textos poéticos de José Craveirinha ou Noémia de Sousa –, pretendi chegar a uma primeira grande conclusão: a de que as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa trazem consigo, logo à nascença, a intenção clara de denunciar os males do colonialismo, de congregar e de defender os direitos dos seus respectivos povos e, conseqüentemente, de transformar o seu “modus vivendi”, ao lutarem pelo direito à independência. Isto é: o nascimento das literaturas africanas foi impulsionado pelo propósito inegável de **mudar o curso da História**. De facto, é esse o sentido da quase totalidade dos poemas escritos nestas décadas, de que destacarei, por exemplo, o texto «Consciencialização», de Agostinho Neto – onde, em versos centrais, se pode ler «A História está a ser contada, // de novo.» – ou ainda, do mesmo autor, o poema «Havemos de voltar», que termina da seguinte forma: «À bela pátria angolana/ nossa terra, nossa mãe/ havemos de voltar // Havemos de voltar/ À Angola libertada/ Angola independente»².

A partir da década de '60, o discurso literário africano foi subindo de tom, assinalando a postura mais combativa dos escritores. Passa-se da denúncia à acusação

¹ Palestra apresentada em Dakar, Senegal, aquando da “14th Annual African Literature Association Conference”, com o título “Já não somos Caliban”. (Não publicada; possuo uma cópia gentilmente oferecida pelo autor, durante o Congresso.)

² In Agostinho Neto, *Sagrada Esperança*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

directa do sistema colonial e, agora espalhando-se quer pela poesia quer pela narrativa, os textos africanos vão espelhando um sentimento crescente de revolta dos “naturais” e o ambiente de repressão e perseguições políticas que se vivia nas colónias. São testemunhas dessa conturbada época histórica, por exemplo, os contos incluídos no volume *Nós Matámos o Cão Tinboso*, do moçambicano Luís Bernardo Honwana, bem como, no caso de Angola, as narrativas de Luandino Vieira, de que destaco *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* (um texto escrito a poucos dias da prisão do seu autor – 20 de Novembro de '61 – e que circulou apenas em edições mimeografadas e clandestinas, durante os anos da guerra colonial).

Estava-se, pois, num tempo em que as convulsões sociais alimentavam, de uma forma tão premente, o labor da ficção, que alguns escritores parecem ter sentido a necessidade de assinalar a distância que separava o mundo real da efabulação literária. Talvez tenha sido essa a razão que levou Luandino Vieira a designar por *estórias* a maioria dos seus textos narrativos, fazendo uso do conceito que João Guimarães Rosa definira nestes termos: «A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser *contra* a História. A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota. A anedota, pela etimologia e para a finalidade, requer fechado ineditismo.»³. Adoptando, pois, o conceito de *estória* assim proposto pelo escritor brasileiro, Luandino terá pretendido realçar o carácter ‘literário’, imaginativo e simbólico presentificado na (e pela) escrita das suas narrativas, mesmo quando certas personagens e enredos nos pareçam ter saído directamente da vida real. E é certamente no intuito de reforçar esta sua posição que, numa entrevista, afirma: «o ponto de vista crítico (...) é o fundamento de toda a literatura, crítico no sentido de que nunca se está de acordo com a realidade que há e por isso se escreve, para construir qualquer coisa de homólogo»⁴.

Tentando, agora, sintetizar – ainda que, reconheço, de um modo um tanto simplista – o percurso literário africano até às independências, diria que o objectivo comum dos escritores, apesar da variedade de estilos e discursos e da preferencial incidência num ou noutro núcleo temático, se foi configurando na afirmação das suas respectivas identidades nacionais, legitimadoras, por sua vez, de uma luta em prol da independência política. Na década de '70, como sabemos, esse anseio foi concretizado: as ex-colónias tornaram-se países independentes, tendo, finalmente, a possibilidade de orientar os seus destinos.

Mas... nem tudo aconteceu como fora sonhado!

Em Angola e Moçambique, a soberania política não foi sinónimo de Paz; e aqueles que, antes, pareciam unidos no esforço de luta contra o colonizador encontravam-se, agora, desavindos no seu próprio país. À euforia que caracterizou os primeiros tempos da independência seguiram-se anos difíceis, de conflitos e guerras.

Foi assim, a História. E a Literatura?...

A Literatura, em Angola e Moçambique, continuou a fazer-se eco destas mutações sociais.

Nos primórdios pós-independentistas, muitos escritores acompanharam e reforçaram, por vezes, o discurso oficial, encantado pela Pátria (re)conquistada e exultando a unidade da Nação. Tal circunstância terá sido mais nítida em Angola, talvez pelo facto de o seu Presidente, o poeta Agostinho Neto, ter tomado a iniciativa de congregar todos os homens de letras, fundando, logo após um mês da proclamação da República

³ Cf. João Guimarães Rosa, «Aletria e Hermenêutica», in *Tutamêta*, 6.^a ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p. 7.

⁴ VV., *Luandino – José Luandino Vieira e a sua obra*, Lisboa, Ed. 70, 1980, p. 73.

Popular de Angola, a União de Escritores Angolanos. No entanto, e apesar do justificado optimismo, a inexistência da total pacificação do território e a pesada herança colonial concorrem para temperar os ânimos, como podemos constatar, por exemplo, nestas palavras do escritor Henrique Abranches:

«Como dantes, temos nas nossas mãos uma herança cultural bipolar, fenómeno que talvez por força das circunstâncias venha a ser uma necessidade histórica durante largos anos. Mas, talvez melhor que antes, possuímos agora todos os instrumentos de trabalho que durante séculos nos foram negados. Possuímos também uma experiência amadurecida na adversidade e na luta, ao pé da qual a experiência dos anos '50 se revela infantil. E, sobretudo, somos um povo livre, livre de criar o novo, livre de recriar o “velho” em “nova” forma.»⁵

Com o passar do tempo, o tom eufórico do discurso literário começará também a declinar e a enunciação no plural, que expressava um ideal colectivo, vai ceder lugar a visões individualizadas e críticas da sociedade.

Assim, nos anos '80, surgem as primeiras obras que satirizam o real, tais como *O Cão e os Caluandas*, de Pepetela, e *Quem me Dera Ser Onda*, de Manuel Rui, em Angola, e, de Mia Couto, em Moçambique, os contos de *Vozes Anoitecidas*⁶.

A década de '90 revelou, sobretudo pela pluralidade de autores e de romances publicados, alterações muito importantes, no que respeita às preocupações dos escritores, ao uso de certas técnicas narrativas e às temáticas abordadas. Aparecem diversas obras onde o cenário de guerra, pintado, por vezes, com imensa crueza, faz descrever das antigas esperanças alimentadas em tempo colonial. *A Geração da Utopia*, de Pepetela, *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto, ou ainda *Ventos do Apocalipse*, da moçambicana Paulina Chiziane são alguns dos exemplos mais flagrantes. Mas, a par destes romances, outros existem que, sem deixar de ter a guerra civil por pano de fundo, confiam ainda na possível mudança, detendo-se na observação de comportamentos solidários e nas pequenas heroicidades do quotidiano, como é o caso do magnífico romance *RioSeco*, de Manuel Rui.

Mas talvez seja o diferente olhar sobre a Nação, o novo conceito que dela se faz (ou se tem ou se busca) o aspecto mais interessante a reter quando lemos os romances dos anos '90. É que, de um momento para o outro, parece ter-se tomado consciência de uma descoberta reveladora, que assusta e atrai ao mesmo tempo: a de que a Nação, afinal, não é homogénea nem culturalmente una, como se quis ou desejou pensar, mas, pelo contrário, é multifacetada, policromática, variada. Os povos originais que a constituem têm tradições, mitos, rituais, comportamentos e histórias diferentes; e, se a Nação é constituída por todos eles, então há que buscar a memória, a história, o passado, todas as causas e elementos, enfim, que motivaram essas diferenças porque cada um desses “ingredientes”, digamos, faz parte integrante da actual Nação. Por isso, para compreender e abarcar de modo correcto a realidade dessas diferenças em presença, que o mesmo é dizer “no presente”, de molde a ser possível projectar-lhes um futuro – que será, no fundo, o futuro de toda a Nação – é necessário ir lá, às fontes essenciais, escritas ou actualizadas pela memória de gerações que as foram veiculando oralmente. E é assim que, nos anos '90, a História, ou melhor, as muitas formas e contornos da História, surgirão, em força, pela pena dos romancistas.

⁵ Henrique Abranches, *Reflexões sobre Cultura Nacional*, Lisboa, Ed. 70, 1980, p. 15.

⁶ Veja-se, a propósito, o excelente ensaio de Inocência Mata, com o título «O tema da identidade nas (modernas) literaturas africanas – Memória histórica e identidades reconstruídas», in *Literatura Angolana: Silêncios e falas de uma voz inquieta*, Lisboa, Mar Além, 2001.

Representante máximo do que acabei de dizer é, reconhecidamente e com maior frequência apontado por quase todos os estudiosos da Literatura Angolana, Pepetela! As suas obras – quase todos presas indissolúvelmente ao questionamento histórico e à procura do sentido da História – conseguem transmitir-nos a permanente ideia da estreita ligação entre os tempos, as personagens e os mitos. Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco resume, de modo excelente, a escrita romanesca deste autor, ao afirmar que «a ficção de Pepetela se caracteriza por um constante e lúcido olhar sobre a história de Angola. Uma história a contrapelo, transfigurada por uma escrita alegórica que investiga os interstícios e os não-ditos do que ficou reprimido nos desvãos do imaginário social angolano (...) as narrativas de Pepetela não perdem a perspectiva crítica, a visão dialéctica em relação ao processo histórico angolano (...) Há, na maior parte dos textos de Pepetela, o procedimento frequente de investigar o presente a partir de um jogo especular com o outrora mítico e histórico»⁷. Sendo várias as obras de Pepetela que ilustram e motivam as palavras desta professora brasileira, referirei como exemplo apenas dois dos romances que, quer pela temática apresentada quer pelos recursos discursivos adoptados, são, entre si, substancialmente diferentes: *A Gloriosa Família – No tempo dos Flamengos* e *Parábola do Cágado Velho*.

Apontei o caso de Pepetela não apenas pela importância do conjunto da sua obra, mas também porque este escritor é, talvez, o mais conhecido entre nós. No entanto, são imensos, sobretudo angolanos, aqueles que têm vindo a editar textos onde preside a ligação entre História e Literatura, de modos e com objectivos diversos; por essa razão, mesmo sem ser exaustiva, não posso deixar de nomear alguns: Boaventura Cardoso (com *Maio, Mês de Maria*), Arnaldo Santos (com *A Casa Velha das Margens*), José Eduardo Agualusa (com *Estação das Chuvas*), Henrique Abranches (com *Misericórdia para o Reino do Congo!*), Tchikakata Balundo (com *O Feitiço da Rama de Abóborá*), etc., etc. Também com visíveis preocupações históricas – neste caso acerca dos Kuvale do Sul de Angola –, um dificilmente catalogável, em termos de género, mas, a todos os títulos, extraordinário livro: *Vou lá Visitar Pastores*, de Ruy Duarte de Carvalho.

Espero bem, ainda que através de breves apontamentos e pequenos tópicos, todos eles merecedores de tratamento aprofundado, ter conseguido demonstrar-vos como é terreno fértil, no caso das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, a conjugação entre Literatura e História!

Mas é fundamental que sempre tenhamos presente o seguinte: quer a “verdade literária fundamentada na História” quer a “verdade histórica” propriamente dita são relativas, sobretudo quando, com elas, se pretende “dizer uma Nação”. E uma vez que a (re)definição da Nação parece eleger-se, actualmente, um dos principais intentos dos escritores angolanos e moçambicanos, torna-se imprescindível que todos nos rodeemos de cuidados “interpretativos”.

Nesse sentido – e para concluir –, deixo-vos este lúcido alerta, do escritor e antropólogo angolano Ruy Duarte de Carvalho, inserto numa entrevista que, ainda inédita, concedeu a uma publicação italiana⁸:

«(...) a referência maior da memória histórica é a nação, circunstância eminentemente política, pragmática; é bom saber e não esquecer, lendo ou não lendo nos outros, que são muitas as categorias identitárias colectivas que medeiam entre o indivíduo e a nação, quer dizer, muitos os “grupos” que, no interior de uma “nação”, vivem e memorizam de maneira diferente...».

⁷ Cf. o ensaio «Na curva oblonga do tempo, uma alegórica parábola», in VV., *Portanto... Pepetela*, org. de Rita Chaves e Tânia Macedo. Luanda. Caxinde Editora e Livraria, 2002.

⁸ Refiro-me a um número da revista *Lo Straniero*, de Roma, que deverá sair a público ainda neste mês de Novembro. A entrevista a Ruy Duarte de Carvalho foi-me gentilmente enviada, ainda inédita, pela colega Livia Apa, da Universidade de Nápoles, a quem agradeço a amizade e confiança.